

A ESCOLA INDÍGENA COMO FRONTEIRA: EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A SOCIEDADE CONTRA E A FAVOR DO ESTADO¹

Dhiogo Rezende Gomes

Graduado em História, Mestre em Ensino de História

Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína; drghistoria@hotmail.com

Este trabalho se constitui como um ensaio para elaboração de um projeto de pesquisa, visando um doutoramento epistemologicamente referenciado na interdisciplinaridade entre História, Antropologia e estudos decoloniais. O objetivo geral está na análise da escola indígena como lugar-fronteira, pensada como ponto de intersecção entre mundos, histórias e culturas vistas por uma concepção de educação intercultural. Os objetivos específicos, assentam-se na descrição, análise e classificação dos agentes e elementos escolares indígenas no desenvolvimento da escola indígena, “contra e a favor” do Estado, enquanto ente responsável por políticas públicas ao passo que é uma instituição de poder em disputa, sob correlação de forças políticas e econômicas. A metodologia consiste na seleção de textos e pesquisa bibliográfica em bibliotecas e espaços virtuais, apontando para um recorte étnico e cultural, como extensão de trabalho de mestrado desenvolvido na Escola Indígena *Tekator*, do povo Apinajé (GOMES, 2016), que teve como objeto, a disciplina de história em suas formas próprias de ensinar e aprender. Espera-se com este ensaio e com o desenvolvimento da pesquisa, entender melhor a atualidade das escolas indígenas do Brasil em suas formas de educação intercultural nas relações entre mundos indígenas e não-indígenas.

Palavras-Chave: Educação Escolar Indígena. Interculturalidade. Sociedade. Estado.

INTRODUÇÃO

Atualmente assentada no paradigma da escola diferenciada e intercultural, a educação indígena diverge de uma escola para povos inseridos no projeto de assimilação a sociedade nacional (FERREIRA, 2001). Indígenas movimentados e organizados na luta por direitos políticos e territoriais a partir dos anos 70 do século XX, contrariaram um passado secular que desde os primeiros contatos com não-indígenas no período colonial, diante de um processo civilizador como avassalador para os nativos, dava por certa a transfiguração étnica (RIBEIRO, 1996) indígena na comunhão nacional brasileira, ou mesmo, o extermínio físico. Como afirma Ferreira (2001, p. 71), uma educação escolar em territórios indígenas, conjecturou-se na “[...] finalidade do Estado brasileiro, que procura aculturar e integrar os índios à sociedade envolvente por meio da escolarização, confronta-se, atualmente, com os ideais de autodeterminação dos povos”.

Este processo de luta indígena culminou na consagração de direitos na Constituição Federal de 1988, com demarcação de terras como central para soberania cultural destas populações, outros direitos constitucionais passaram a ter mais foco, como saúde e educação diferenciadas e específicas para cada povo. Reivindicações mais frequentes na agenda política dos povos indígenas do Brasil, acompanhados e apoiados por organizações não-governamentais, militantes pró-índios e acadêmicos das questões indígenas (FERREIRA, 2001). Como reflexo das garantias constitucionais

¹ Adaptação de projeto de pesquisa para submeter a seleções de doutorado, desenvolvido pelo autor.

e a continuidade dos movimentos indígenas organizados, na transição do século XX para o XXI, temos que a ampla maioria das escolas indígenas, mais de 90% segundo o Censo Escolar de 2008 (BRASIL, 2009), estão instaladas em Terras Indígenas, oficialmente demarcadas. Contudo, o notável avanço quantitativo de escolas indígenas no Brasil, não é acompanhado de avanços qualitativos segundo Luciano (2006).

Entretanto, não podemos entender tais escolas dentro de uma relação simples ou fácil com as populações indígenas, mas complexa e difícil convivência entre saberes indígenas tradicionais em suas formas próprias de ensinar e aprender com a escolarização de cânone ocidental (GIRALDIN, 2015). As escolas que chegaram a estes povos pelas mãos dos não-índios nas aldeias, como instituição exógena as culturas e formas tradicionais de educação, passaram por um processo de estranhamento, leitura e interpretação dos agentes indígenas, para serem consideradas como instrumentos na relação com a sociedade envolvente. Orientando a manutenção cultural nas tradições indígenas, estabelecendo-se como espaços de trocas e de fontes de conhecimentos do ocidente, entendidos como importantes para povos historicamente excluídos e marginalizados, na necessidade de melhor lidarem com os contatos com a sociedade nacional hegemônica.

Este trabalho se constitui como um ensaio para elaboração de um projeto de pesquisa, visando um doutoramento referenciado epistemologicamente na interdisciplinaridade entre História, Antropologia e estudos decoloniais. O objetivo geral está na análise da escola indígena como lugar-fronteira, pensada como ponto de intersecção entre mundos, histórias e culturas vistas por uma concepção de educação intercultural. Os objetivos específicos, assentam-se na descrição, análise e classificação dos agentes e elementos escolares indígenas no desenvolvimento da escola indígena, “contra e a favor” do Estado, enquanto ente responsável por políticas públicas ao passo que é uma instituição de poder em disputa, sob correlação de forças políticas e econômicas. A metodologia consiste na seleção de textos e pesquisa bibliográfica, apontando para um recorte étnico e cultural, como extensão de trabalho de mestrado desenvolvido na Escola Indígena *Tekator*, do povo Apinajé (GOMES, 2016), que teve como objeto, a disciplina de história. Espera-se com este ensaio e com o desenvolvimento da pesquisa, entender melhor a atualidade das escolas indígenas do Brasil em suas formas de educação intercultural nas relações entre mundos indígenas e não-indígenas.

ESCOLA INDÍGENA COMO FRONTEIRA E NA INTERCULTURALIDADE

Entendemos então a escola indígena numa abordagem que contraria teses como a de Eneida C. de Assis (1981), que entendia tais escolas como aberturas para ocidentalização em terras

indígenas, ameaçadoras das tradições e sobrevivência das comunidades em suas formas de existência. Seguimos um entendimento da escola indígena por um caminho que passa primeiro, por ser um espaço de ressignificação de acordo com a cultura indígena que a recebe de forma reivindicada ou imposta, chegando a abordagem central acompanhando Tassinari (2010), compreendendo as escolas indígenas como espaços de trocas nos contatos interétnicos e interculturais, produtores de diferenças que mantem os grupos e sociedades como diferentes numa situação fronteiriça, constantemente fluída e não fixa. Tal abordagem baseada na teoria de Fredrik Barth (2011), portanto, não entendida só como geográficas entre Terra/Escola Indígena e cidade/sociedade envolvente, mas sobretudo, fronteiras sociais nos fluxos de pessoas, produtos, objetos, ideias e concepções de mundos.

Esta escola indígena, quando diferenciada, intercultural, bilíngue, aproximando o currículo oficial, concernente a legislação da educação escolar indígena, com o real, realizado no chão da escola por professores indígenas e não-indígenas (SILVA, 2010), pode ser um espaço instrumental de manutenção de identidades étnicas e culturais, na luta dos povos indígenas por mais qualidade de vida, de acordo com as formas próprias e tradicionais de desenvolvimento humano. A escola gerida por “brancos” nas secretarias de educação, como no caso das escolas indígenas do Estado do Tocantins, sob gerência da SEDUC-TO (GOMES, 2016), onde o processo de ensino e aprendizagem em uma escola inserida em Terras Indígenas, no seio da comunidade indígena, com participação efetiva de seus membros, traz a possibilidade da escola se constituir contra e a favor do Estado.

Neste processo, qual o estágio de “descolonização dos saberes” nas Escolas Indígenas? Pensando na interculturalidade além de uma inter-relação entre diferentes culturas, mas geradora de “outros” conhecimentos com “outras” formas e práticas políticas, dentro de “outros” poderes sociais e “outros” modelos de pensamento críticos aos “imperialismos e colonialidades” da modernidade, manifestados e impostos pelo Estado (WALSH, 2002; MIGNOLO 1999 *apud* PALADINO; ALMEIDA, 2012). A escola indígena não deve ser pensada como algo a ser aculturada simplesmente pela hegemonia de um modelo de educação não-indígena visto que recebe elementos e códigos culturais do Ocidente em ressignificação, entendendo-os como incorporados a cultura local, na tradição e história local (SAHLINS, 2006, 2007), não podendo ser mais concebidos integralmente e na originalidade das culturas de saída e de entrada. Entendemos assim que,

Desta forma, a educação intercultural não deve simplesmente apontar para o diálogo entre conhecimentos, mas para uma ruptura com o modelo de conhecimento da modernidade ocidental, assim como trazer à discussão a temática do poder que muitas vezes é desconsiderada (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p.17).

A Escola Indígena, como instituição mantida pelo estado, em terras indígenas, fazendo-se fronteira, possibilitada como instrumento político contra o Estado, com referência a obra de Pierre Clastres (2012), *A sociedade contra o estado*. Uma posição contra que pode ser também a favor do Estado, quando este, atento aos direitos das populações indígenas e na demanda de políticas públicas convergentes com o desenvolvimento sustentável e agroecológico, o que envolve valorização e respeito aos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas em seus territórios.

Havendo reconhecimento da problemática entre Estado, sociedade nacional e povos indígenas, assim como a necessidade de políticas públicas promotoras de justiça histórica e sociais com a diversidade de elementos e grupos formadores da sociedade brasileira, existem aberturas para a interculturalidade no potencial de desenvolvimento positivo das relações entre diferentes culturas. Um exemplo reflexivo da possibilidade do Estado colaborar com a harmonização das relações Estado-sociedade na diversidade, na elevação e reconhecimento das minorias, como a indígena para o desenvolvimento do país como um todo, está representada na Lei 11.645/2008 que estabelece para todas as escolas do Brasil, indígenas e não-indígenas, o ensino de história e cultura indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, nos interessa entender as relações interétnicas e interculturais entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade nacional a partir das Escolas Indígenas como fronteiras. Sabendo que há um histórico de separação e segregação na construção de uma hierarquia que coloca os indígenas sob os membros da sociedade envolvente, implicando em tensões na convivência de indígenas e não-indígenas no mesmo espaço territorial, onde há Terras Indígenas e núcleos urbanos ou rurais não-indígenas. DaMatta (1976) falava sobre essa questão, que havia entre Apinajé, povo Timbira e Jê com os moradores da cidade de Tocantinópolis, uma paradoxal proximidade geográfica e distancia cultural. Ou, seja, como Gonçalves (1981) na dicotomia que faz entre “povo da cidade” e “povo do sertão”, há uma estrutura generalizadora e globalizante no olhar para o outro, entre os Apinajé (das aldeias) e a sociedade envolvente (da cidade), levando ao desconhecimento e ignorância perante o outro (vizinho).

Dessa forma, as escolas brasileiras, não somente as escolas indígenas, tem a missão de diminuir essas distancias entre povos diferentes, mas que compõem em suas importâncias a

sociedade brasileira. O Estado, nas políticas públicas da área da educação como em outras, tem o dever de colaborar na interculturalidade, com processos educacionais que vão além da mera aceitação das diferenças, mas pela maturação de um processo de conhecimento das diferenças entre indígenas e não-indígenas, promovendo quadros de entendimento da população brasileira sem tantos sectarismos entre setores da sociedade, cujas minorias como a indígena, sofre bastante desde os primeiros contatos com os invasores dessas terras que passaram a ser conhecidas como Brasil. Invasões e colonizações tanto no sentido territorial como social são atualizáveis.

Uma educação descolonizadora se faz necessária para todos os brasileiros, seja em qualquer escola, de qualquer grupo social. Entendemos que o Estado, concebido na modernidade, é constitutivo do paradigma de conhecimento posto como universal, eurocêntrico, que pela primazia original do conhecimento dito científico, na modernidade se impõe aos modelos de educação tradicionais (MIGNOLO, 2005). Excluindo-se ou inferiorizando-se “outras” formas de conhecimento e de desenvolvimento, que se encontram na diversidade, em oposição a universalidade moderna, dentro de uma perspectiva pedagógica decolonial.

Assim, os povos ou grupos sociais que se inscrevem como estes “outros”, na resistência, como as populações indígenas, diante das forças da modernidade/capitalismo, muitas vezes integrantes dos planos e projetos de mundo dos estados/grupos políticos e econômicos, encontram-se sempre na busca por novas estratégias de luta, o que passa pela escola indígena como fronteira de movimentação e trânsito intercultural, onde os indígenas podem observar, absorver e usar os conhecimentos na interculturalidade nos contextos de suas lutas, seja “contra ou a favor” do Estado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSIS, Eneida Corrêa. Escola indígena: uma “frente ideológica”? Dissertação (Mestrado) Curso de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 187-227. Tradução de: Elcio Fernandes.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Um olhar sobre a educação indígena com base no censo escolar 2008**: estudo realizado a partir dos resultados do censo escolar da educação básica. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2009. 45 p.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012. 288 p. Tradução de: Theo Santiago.

DAMATTA, Roberto. **Um mundo dividido**: a estrutura social dos Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

GIRALDIN, Odair. Reflexões sobre a (difícil) relação entre educação escolar para povos indígenas e processos próprios de ensino-aprendizagem. In: SILVA, Reijane Pinheiro da (Org.). **Povos indígenas do Tocantins**: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô Editora, 2015. p. 55-76.

GOMES, Dhiogo Rezende. **MÊ IXUJARÊNH - AUSÊNCIA, PRESENÇA E BUSCA: O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA INDÍGENA TEKATOR DO POVO PANHĨ - APINAJÉ**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de História, Ppgeh, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (1981) - A luta pela identidade social: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil Central. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, UFRJ.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas de hoje. Brasília: Laced/Museu Nacional, 2006.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: 2005, p. 71-103.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. **Entre a diversidade e a desigualdade**: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Laced/Museu Nacional/UFRJ, 2012. 152 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração dos indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do "sistema mundial". In: SAHLINS, Marshall. **Cultura na Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. Cap. 13. p. 443-499.

_____. **História e Cultura**: apologias a Tucídides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 331 p. Tradução de: Maria Lucia de Oliveira.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 44-70.